

“RELIGIÃO NÃO SE DISCUTE?”: DECIFRANDO A CONSTRUÇÃO DOS PAPEIS SOCIAIS ENTRE JOVENS DE ESCOLA PÚBLICA EM SÃO VICENTE/SP A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO¹

Vanessa Renata de Almeida

RESUMO

Este estudo com jovens compreendeu a adolescência/juventude enquanto um período da vida propício para construção da autonomia em relação à família e palco de experimentações afetivas e sexuais, constituindo-se numa fase decisiva para a consolidação de uma rede de significações em torno dos gêneros e sexualidades. Dentre os múltiplos determinantes que condicionam as relações de gênero e os significados imputados ao “ser homem” e “ser mulher”, a religiosidade constitui-se numa instância importante da vida que regula as relações sexuais e de gênero. Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs a compreender como jovens e adolescentes de uma escola pública na Área Continental de São Vicente, a partir de suas próprias trajetórias de vida e de suas religiosidades, atribuem significados ao “ser homem”, ao “ser mulher”, às relações afetivas e à sexualidade no intuito de contribuir com as políticas públicas voltadas para a juventude. O procedimento utilizado para coleta de dados foi a realização de entrevistas semiestruturadas com sete moças e um rapaz entre 15 a 18 anos, sendo seis jovens evangélicas/os e dois sem adesão institucional a comunidades religiosas. Entre os resultados, chama atenção a importância que a religiosidade assume na vida dos/as jovens, bem como algumas especificidades da vulnerabilidade dos/as jovens evangélicos/as entrevistados/as ao HIV/AIDS/DST, associados à ideia de que a opção por manter a virgindade até o casamento e o relacionamento com uma só pessoa funcionariam como mecanismos de proteção. Com a análise realizada foi possível compreender que para as e os jovens possam, de fato, ter acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, além da necessidade dos programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva contar com o seu protagonismo, é essencial que as políticas públicas trabalhem de maneira articulada nos territórios onde estão inseridas/os e as/os considerem enquanto sujeitos autônomos capazes de gerir a própria vida afetiva-sexual.

Palavras-Chave: Religião. Educação Pública. Gênero.

¹ Artigo elaborado a partir do relatório final da pesquisa “Gênero e Religiosidade: decifrando a construção dos papéis sociais entre jovens da Área Continental de São Vicente” financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no período de agosto de 2013 a julho de 2014, na modalidade de Iniciação Científica (IC).

1 INTRODUÇÃO

O campo dos estudos de gênero se define historicamente nos marcos da recusa do determinismo biológico que fixa a condição de “ser homem” ou “ser mulher” na diferença sexual que se restringe ao sexo biológico. A noção de “gênero”, portanto, se distingue de “sexo” por compreender que as significações e designações atribuídas ao sexo biológico são produtos históricos e culturais. Em outros termos, construções sociais de “feminilidades” e “masculinidades” que hierarquizam as relações sociais e de poder entre homens e mulheres. Compreendemos que a utilização do gênero como categoria de análise torna-se importante porque implica na desnaturalização das desigualdades entre os sexos e permite-nos refletir acerca da diferença no processo de socialização de moças e rapazes que se materializa no desempenho de distintos papéis sociais relacionados à inserção dos sujeitos em contextos políticos e socioculturais.

A adolescência/juventude, entendida enquanto um período da vida propício para construção da autonomia em relação à família e palco de experimentações afetivas e sexuais, constitui uma fase decisiva para a consolidação de uma rede de significações em torno da sexualidade e dos papéis de gênero, determinante para a afirmação de características, qualidades e potencialidades no processo de constituição da subjetividade dos sujeitos (HEILBORN, 2012). Considerando a importância que a escola possui nesse processo de socialização das/os jovens, privilegamos esta instituição para o desenvolvimento do nosso estudo.

Dentre os múltiplos determinantes que condicionam as relações de gênero e os significados imputados ao “ser homem” e “ser mulher”, entendemos que a religiosidade dos sujeitos é um aspecto importante da vida. Rosado-Nunes (2005) aponta a relevância da religiosidade como instância reguladora das relações sexuais e de gênero e enfatiza que o universo religioso abriga, explícita ou

implicitamente, ideias que estabelecem e delimitam os papéis “masculinos” e “femininos”, considerando que o “[...] fundamento dessa visão encontra-se em uma ordem não humana, não histórica, e, portanto, imutável e indiscutível” (ROSADO-NUNES, 2005).

Segundo os dados do IBGE no Brasil apenas 7,4% da população declara-se sem religião (Dados do Censo 2010), demonstrando que a adesão religiosa está presente em parte significativa da população. Mesmo entre os que se dizem sem religião é possível encontrar algum traço de religiosidade, sendo esta entendida como algo que não é da dimensão humana e/ou terrena, e sim “[...] algum tipo de atitude referencial específica, voltada para ‘outro mundo’ ou ‘outra dimensão’ [...]” (MACHADO, 2006). O domínio religioso parece ser, portanto, muito importante na formação e regulação das relações sociais e no significado atribuído a estas relações, incluindo as relações de gênero.

Segundo dados do Boletim Epidemiológico das DST/AIDS de 2011, no Brasil houve um aumento da infecção na população de 13 a 24 anos, e verificou-se a feminização da epidemia na faixa etária de 13 a 19 anos. (WIESE; SALDANHA, 2011, p. 107). Dados que demonstram a necessidade de identificar os elementos determinantes da vulnerabilidade as DST/AIDS/Hepatites Virais entre jovens e adolescentes para a elaboração de estratégias que garantam, de fato, o direito a promoção da saúde sexual e prevenção a infecção por HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Na presente pesquisa que se propôs a compreender como jovens e adolescentes, inicialmente da Zona Noroeste da cidade de Santos, a partir de suas próprias trajetórias de vida e de suas vivências da religiosidade, atribuem significados ao “ser homem”, ao “ser mulher”, às relações afetivas, e à sexualidade, tomou-se a “vulnerabilidade” como um aspecto a ser compreendido enquanto dimensão resultante de um conjunto de características dos contextos

político, econômico e socioculturais que ampliam ou diluem o risco individual ou de um grupo ao processo de adoecimento, comportando três dimensões: individual, programática e social (BUCHALLA, 2002; BARBOSA, 2003).

Parker e Camargo (2000) chamam a atenção para a conexão entre pobreza e vulnerabilidade ao HIV/AIDS/DSTs, bem como para o acirramento desta conexão após as ofensivas neoliberais. Desta forma, a adolescência e juventude são marcadas e constituem-se também a partir do contexto de exclusão. Assim, a Zona Noroeste do município de Santos foi definida inicialmente como o contexto a ser investigado pela nossa pesquisa porque apresenta-se como umas das regiões mais marcadas pela vulnerabilidade social na cidade de Santos.

No entanto, não foi possível entrevistar as/os estudantes de escolas estaduais da Zona Noroeste de Santos. Dentre as cinco escolas estaduais visitadas neste território, quatro recusaram nossa solicitação e uma escola, apesar de permitir a realização do estudo, não autorizou a realização de entrevistas com estudantes interessadas/os durante o horário de aula, único momento indicado pelos/as mesmos/as como possível para participar da pesquisa.

Deste modo, recorreremos a uma estudante da Unifesp que trabalha como professora em uma escola estadual, localizada na Área Continental de São Vicente, para acessar estudantes do Ensino Médio e consultá-los/as a respeito do interesse de participação na pesquisa, já que a mesma se ofereceu para dialogar com a diretoria da escola, facilitando nossa entrada no local. Opção que não ocasionou nenhum prejuízo aos objetivos do estudo, uma vez que a Área Continental de São Vicente também se trata de uma região marcada pela vulnerabilidade social e só foi considerada após esgotamento da possibilidade de realizar em Santos em função da recusa e do tempo decorrido.

Observou-se que a não autorização para a realização do estudo pela diretoria das escolas visitadas, na maioria dos casos, estava relacionada com a proposta de investigação de questões ligadas à sexualidade, evidenciando que a temática da sexualidade não era considerada como apropriada para ser tratada com moças e rapazes e que, nesse sentido, as/os jovens consideradas/os como sujeitos irresponsáveis para administrar sua vida afetivo-sexual, bem como a sexualidade juvenil tida como não legítima. Fato pelo qual foi determinante contar com a ajuda de uma pessoa inserida no quadro de trabalhadoras/es de uma escola que já detinha a confiança da direção e da coordenação para realizar a pesquisa.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Foi desenvolvido um estudo de cunho qualitativo junto a adolescentes e jovens estudantes de uma escola pública na Área Continental de São Vicente. O procedimento utilizado para coleta de dados foi a realização de oito entrevistas semiestruturadas com jovens entre 15 a 18 anos, sendo seis jovens evangélicas/os e dois sem adesão institucional à comunidades religiosas. As entrevistas foram gravadas em áudio após a autorização das/os jovens e posteriormente transcritas integralmente.

Os/as dezenove estudantes que se mostraram interessados/as em participar da pesquisa foram identificados/as durante apresentação do estudo em onze salas do 2º e 3º Ano do Ensino Médio da escola estadual. Eram quinze moças e quatro rapazes interessados/as e das oito entrevistas realizadas em função de desistências, sete foram com moças e uma com um rapaz².

2 Antes de iniciarmos as entrevistas semiestruturadas foi apresentado aos/às voluntários/as um Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para que as/os adolescentes e jovens concordassem com a participação no estudo a partir do conhecimento sobre a pesquisa e sobre seus direitos ao longo da sua participação.

Para a análise, que parte do material bibliográfico levantado, foram consideradas todas as etapas do estudo e utilizados todos os registros feitos a partir do contato direto com as escolas visitadas durante as interações realizadas com as/os estudantes na apresentação da pesquisa e no agendamento das entrevistas. O material de campo principal foi a transcrição das oito entrevistas que foram submetidas à técnica de análise temática de conteúdo (MINAYO, 2004). Os temas elencados para a realização da análise temática foram: “aproximação da comunidade religiosa/religiosidade”, “significados atribuídos aos papéis de gênero”, “relações afetivo-sexuais” e “saúde sexual e reprodutiva”.

A Tabela 1 apresenta uma caracterização das/do entrevistadas/o a partir dos dados coletados durante a realização das entrevistas.

Tabela 1. Entrevistados/as caracterizados por pertencimento religioso, sexo, idade, orientação sexual, raça/cor, condição de trabalho³

Nome	Pertencimento/Adesão Religiosa	Sexo	Idade	Orientação Sexual	Raça/Cor	Escolaridade	Trabalho
Helena	Assembleia de Deus	F	15	Heterossexual	Negra	2º Ano - Ensino Médio	Não
Caroline	Renovação em Cristo	F	16	Heterossexual	Parda	2º Ano - Ensino Médio	Não
Jéssica	Assembleia de Deus	F	17	Heterossexual	Negra	3º Ano - Ensino Médio	Não
Aracê	Mundial do Poder de Deus	F	16	Heterossexual	Branca	2º Ano - Ensino Médio	Sim
Rafael	Sem adesão institucional	M	18	Heterossexual	Branco	3º Ano - Ensino Médio	Sim
Antônio	O Santuário da Gração	F	15	Heterossexual	Pardo	2º Ano - Ensino Médio	Não
Mariana	Renovação em Cristo	F	16	Heterossexual	Parda	2º Ano - Ensino Médio	Não
Érika	Sem adesão institucional	F	17	Heterossexual	Parda	3º Ano - Ensino Médio	Sim

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 RELIGIOSIDADES DAS/OS JOVENS ENTREVISTADAS/OS E CONTEXTOS DA APROXIMAÇÃO A COMUNIDADES RELIGIOSAS

Das/os oito jovens religiosas/os entrevistadas/os, seis se identificavam como evangélicas/os e dois acreditavam em Deus, sem, no entanto, ter adesão institucional a alguma comunidade. Entre aqueles/as com adesão, cinco pertencem a igrejas pentecostais e um/a

Para estudantes com idade inferior a 18 anos também foi apresentado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os/as responsáveis.

³ Foram utilizados nomes fictícios para garantir o sigilo dos/as participantes.

a uma igreja neopentecostal (Igreja Mundial). Dos/as dois jovens que declararam não possuir nenhuma religião, uma foi socializada pela família no Candomblé e o outro em “berço católico”⁴ desde que nasceram.

Natividade (2005) assinala que a motivação para conversão à religião evangélica advém de razões distintas, como decepção amorosa ou problemas no âmbito familiar, associadas geralmente a situações-limite ou períodos de crise que levam a superação do sofrimento e recuperação da autoestima e, nesse sentido, a adesão religiosa se constitui em um momento de descoberta de um novo sentido para a vida a partir da interiorização de outros valores que são incorporados na conformação da subjetividade e através da construção de uma nova identidade que permita ao sujeito se reconhecer enquanto escolhida/o de Deus. O autor ainda ressalta que “[...] por tematizar fortemente o sofrimento, igrejas pentecostais se tornam atrativas, uma vez que todo milagre pode ser alcançado pela conversão.” (NATIVIDADE, 2005, p.270).

No que diz respeito à adesão religiosa, três jovens afirmaram que são evangélicas “desde que nasceram”, uma vez que esta sempre foi a religião partilhada pela família de origem, e duas dessas jovens destacaram que se afastaram da religião e recentemente resolveram retornar, uma delas em uma congregação diferente da anterior, “[...] como num processo de (re)conversão [...]” (SILVA et al., 2008, p. 686). Outras três jovens que não se aproximaram da religião evangélica através do pertencimento religioso compartilhado pela família, afirmaram que a experiência da conversão também é recente e se deu após a morte de entes queridos, de uma decepção afetiva ou através do convite de amigas feitas nas redes sociais para conhecer determinada comunidade religiosa. É importante destacar que duas dessas jovens foram socializadas no catolicismo por suas mães.

4 No presente texto serão sempre empregadas aspas para se referir a termos extraídos das falas literais dos/as entrevistados/as.

O fato de três jovens entrevistados/as socializados/as pela família no catolicismo aderirem a comunidades evangélicas ou ao grupo dos/as sem religião traz para a análise o processo de mudança no quadro das tradições religiosas brasileiras, destacado por vários/as autores/as que sinaliza a progressiva redução do número de católicas/os e o expressivo aumento do grupo de evangélicos/as e dos/as sem religião (MACHADO et al., 2010), especialmente entre os jovens (ROHDEN; GRAVAD, 2005).

3.2 SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS AOS PAPEIS DE *GÊNERO*

Souza (2004) destaca que embora na sociedade atual coexistam mecanismos plurais de construção das subjetividades e que o poder da religião seja relativizado, deixando de se constituir no “centro organizador das relações sociais” (SOUZA, 2004, p. 124), os sistemas simbólicos religiosos atuam de maneira importante na constituição das subjetividades humanas e ainda que assistimos a perda de poder das religiões nas sociedades secularizadas, a religiosidade continua a ser uma esfera importante no que diz respeito a construção dos papéis de gênero.

Nos discursos das jovens evangélicas entrevistadas, ao serem indagadas a respeito do que significa ser homem e ser mulher, reconhecem que “ser homem” e “ser mulher” é muito diferente tanto em termos de pensamento como nas experiências concretas, e reiteram haver maior facilidade em ser homem, ao tempo em que consideram que ser mulher é tido como mais complicado. Sugerem que esta é uma determinação que aparece inscrita, inclusive, na natureza, uma vez que foram utilizadas referências aos incômodos da menstruação e do sofrimento associado à primeira relação sexual e ao nascimento do primeiro filho para justificar as complexidades de ser mulher. Essa percepção se diferencia moderadamente no discurso dos/as jovens que declararam não ter adesão institucional a nenhuma comunidade

religiosa: o único jovem entrevistado afirma que existem poucas diferenças entre homens e mulheres e que ambos podem assumir as mesmas responsabilidades, variando apenas o sexo; e a outra jovem afirma que cada pessoa tem uma forma diferente de pensar, independente de ser mulher ou de ser homem, e que, nesse sentido, não é possível ter uma definição precisa do que é ser homem e do que é ser mulher.

Todos/as os/as entrevistados/as reconhecem que para os homens é muito mais fácil exercer a sexualidade, com exceção de duas jovens. Aparece também nos discursos o fato do homem ser pressionado para perder a virgindade, enquanto que, para a mulher, a virgindade é valorizada.

Há uma valorização das pretensões supostamente femininas calcadas no amor e na idealização de uma família, em detrimento do envolvimento em relações sexuais apenas por prazer ou pelo desejo de ficar com um rapaz considerado bonito pelo grupo de pares, bem como foram feitas críticas a moças que se relacionam com vários rapazes e que fazem uso de roupas que mostrem seus corpos de forma considerada desapropriada, ou seja, se igualando ao comportamento dos homens:

Porque as meninas de hoje, por mais que você fale que não, estão se estragando...pra caramba [...] Não que ir pra balada não seja legal, pô. Não, é legal, mas tem que moderar meu. Ficar com vinte? [...] E com uma roupa se mostrando toda? Não que não seja bonito um decote, um short, mas mostrar tua bunda? [...] É bonito tu mostrar pouco, não tanto, entendeu? (Antônia, 15 anos, Igreja O Santuário da Oração)

3.3 RELAÇÕES AFETIVA-SEXUAIS

Das/os jovens entrevistadas/os a maioria estava envolvida em relações afetivas: quatro moças estão namorando, uma está noiva, uma

está casada e um rapaz e uma moça estão sem namorar. Todos/as mostraram-se muito envergonhados/as quando se fazia indagações a respeito de como compreendiam as relações sexuais.

Espontaneamente, as/os entrevistadas/os falaram se já tinham se iniciado sexualmente, com exceção do único rapaz entrevistado. Das sete, duas eram virgens. Mariana se considera virgem e opta por não manter relações sexuais antes do casamento, tal como outras duas jovens, Caroline e Antônia, também evangélicas, que apesar de já terem tido experiências sexuais, também fizeram esta opção desde a (re)conversão no âmbito de comunidades evangélicas. Caroline e Antônia salientaram que a escolha em não manter relações sexuais até o casamento é partilhada por seus parceiros também evangélicos.

As motivações que as moças elencam para se iniciar sexualmente ou voltar a praticar relações sexuais somente no âmbito do matrimônio estão relacionadas, principalmente, às experiências de seus/suas líderes religiosos/as, também jovens, que esperaram até o casamento para manter relações sexuais ou aos demais frequentadores/as da comunidade religiosa que fizeram a mesma escolha e na atualidade conservam um bom relacionamento; às escrituras bíblicas que não permitem o sexo antes do casamento e à concepção de que a relação sexual é algo que Deus criou, ou ainda, um “presente de Deus” que não pode ser desperdiçado com qualquer pessoa, e sim compartilhado com o indivíduo “prometido” que Deus colocaria nas suas vidas “na hora certa, no momento certo, no lugar certo”, ou seja, após o casamento. A ideia de “momento adequado” para iniciação sexual é tido como princípio que norteia as condutas sexuais das jovens e aparece também no discurso de outras jovens evangélicas que vivenciam experiências sexuais e na fala de Érica, que não possui adesão institucional a nenhuma comunidade religiosa.

Caroline e Antônia mencionaram que embora sintam “vontade” de manter relações sexuais com seus parceiros tentam se

controlar durante as trocas de carícias para cumprir a “promessa” que fizeram ou para não pecar. Embora sejam evangélicas e reconheçam que de acordo com a doutrina de suas comunidades religiosas o sexo só seja permitido depois que o casamento seja oficializado, Helena, Jéssica e Amanda relativizam esse princípio religioso nas suas vivências cotidianas:

[...] a religião evangélica diz que sexo é só depois do casamento, mas...eu ainda sou virgem e eu não penso tipo em... em casar...eu não quero casar, então vai ocorrer fora do casamento né, porque nada a ver uma coisa com a outra eu acho. (Helena, 15 anos, Igreja Assembleia de Deus)

Igual eu falo pro meu Pastor, Deus deu o livre-arbítrio pra todo mundo fazer o que quiser! [...] Tá lá na bíblia: “te dei o livre-arbítrio pra fazer o que quiser, a não ser me adorar” [...] Deus te conhece o seu coração. Não o que você tá usando, ou o que se tá...[...] tudo tem um porquê. Deus vai saber o porquê você tá conversando sobre aquilo, tá fazendo aquilo. Que nem, tipo assim, eu tive relação [sexual] com uma pessoa...Deus sabe porque eu fiz aquilo, eu não preciso estar explicando pra ninguém porque eu fiz. Entendeu? Acho assim... (Amanda, 16 anos, Igreja Mundial do Poder de Deus)

Eu acho que é uma coisa [a religião] que não influencia muito [nas relações afetivas e sexuais]. Uma coisa que eu não penso muito, assim...(Jéssica, 17 anos, Igreja Assembleia de Deus)

Contudo, conforme aponta Duarte ainda que as pesquisas apontem para “[...] uma gestão da vida privada relativamente independente dos ditames religiosos, mesmo durante períodos de intensa adesão” (DUARTE, 2005, p. 156), assinalando a possibilidade dos sujeitos religiosos dialogarem ou construírem interpretações pessoais acerca da doutrina partilhada no interior de uma congregação, segundo esse mesmo autor “[...] sempre há um ônus psicológico a enfrentar na contravenção dos dogmas e preceitos” (*idem*), “ônus” que parece fazer parte, de alguma forma, do cotidiano das jovens que mantém relações sexuais fora da formalização do matrimônio:

Minha religião? **Eu sou pecadora na minha religião** porque eu tive relação sexual sem o vínculo...sem um vínculo na religião, porque sou evangélica, se tem que

casar, se tem tudo...Minha amiga, ela não tem relação sexual com nenhum homem, porque ela tá ali no espírito santo, na nossa religião, no caso [...] (Amanda, 16 anos, Igreja Mundial do Poder de Deus)

Nos discursos de duas entrevistadas, a homossexualidade foi abordada espontaneamente, e fica perceptível que trata-se de um ponto tênue. Também na primeira parte das entrevistas, que visava obter dados de caracterização das/os entrevistadas/os, ao se perguntar aos/às jovens a respeito de sua orientação sexual, algumas das respostas obtidas foram “normal” para se referir à heterossexualidade e, em alguns casos, a resposta “gosto de homem” ou “sou heterossexual” veio acompanhada de expressões de riso e estranhamento estampadas nos rostos.

Uma das jovens entrevistadas revelou ser vítima de violência por parte do namorado que se encontrava preso no período em que foi realizada a entrevista. Segundo ela, as ameaças são feitas principalmente pelo telefone e ela não procura ajuda em delegacias ou serviços de Assistência Social porque têm medo deste rapaz descobrir, medo de ser culpabilizada pelos/as profissionais que supostamente conversariam com ela caso buscasse auxílio e também medo da situação do namorado se complicar ainda mais perante o Código Penal:

[...] Hoje ele me ameaça, não me deixa em paz. Entendeu? [...] Ele fala se eu ficar com outro cara ele me mata, ele me bate. Cê entendeu? Há três anos ele foi meu primeiro homem, tipo assim, tirou a minha virgindade. Ele foi especial pra mim, mas assim, é tantas coisas ruins que ele já fez que acabou...O meu amor acabou. Eu tô com ele só por medo [...] se eu for ignorante com ele, ele começa a falar “Você vai pra escola? Eu vou mandar gente te pegar no caminho” Entendeu? E fica me aterrorizando, entra no meu psicológico. E a situação é mais feia ainda porque como que eu vou prejudicar uma pessoa que já tá presa? [...] Cê acha que eu não já pensei em delegacia e tudo? Como falar pra alguém que eu tô conversando com o cara no telefone se ele tá preso, aí que vai ser complicado [...] Se eu for na delegacia falar assim “ó, ele tá me ligando lá da cadeia, me atormentando, me oprimindo...”, vão falar pra mim “porque você atende ele então?” Se acha que não? [...] Que nem as vezes eu

falo “ah eu não amo o Alex”, por tudo que ele já me fez, ele foi uma pessoa boa [...] E eu não imagino a minha vida afetiva daqui pra frente, assim, eu tenho dezesseis anos, eu sou nova, sabe? (Amanda, 16 anos, Igreja Mundial do Poder de Deus)

Em alguns trechos da entrevista realizada com Amanda, percebe-se que a religiosidade também orienta suas interpretações e decisões no que diz respeito à violência que a oprime, configurando, assim, uma esfera de acolhimento para essa jovem que contribui tanto na sua decisão de não procurar ajuda em outras instâncias – uma vez que Amanda diz “entregar tudo nas mãos de Deus” – quanto na responsabilidade que atribui a si mesma pela situação, considerando que em outros momentos da entrevista sublinha que conheceu seu ex-namorado num “baile”, local que não considera apropriado após a sua conversão, e que no contexto em que o conheceu possuía condutas inapropriadas diante dos valores apoiados na religião evangélica da qual hoje é adepta, afirmando que “se naquela época tivesse a cabeça que tem hoje nunca teria se envolvido com o namorado”.

3.4 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Também foi possível vislumbrar na singularidade do contexto investigado “[...] a forma espontaneísta e pouco reflexiva do exercício da sexualidade [...] [na] cultura sexual brasileira” (KNAUTH et al., 2006, p. 400) a partir de discursos pautados na ideia de que não adianta planejar a primeira relação sexual, concepção que não favorece a adoção de medidas que previnam a aquisição do HIV/Aids, demais doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de uma gravidez não planejada:

[...] minhas amigas que não são virgens fala assim não adianta você planejar como que vai ser porque vai acontecer quando você menos esperar [...] eu acho que acontece do nada....acredito, não acredito que tem que planejar não. (Helena, 15 anos, Igreja Assembleia de Deus)

Embora as falas dos/as jovens sejam estruturadas também em torno da preocupação em relação às DST, percebe-se que a grande preocupação dos/as jovens está na gravidez não planejada, pois o risco de uma doença sexualmente transmissível aparece como distante de suas realidades. É possível aferir este fato também pela forma como organizam suas falas: quanto se trata de DST, as frases são proferidas sempre na terceira pessoa do singular ou do plural, e em relação à gravidez não planejada, as/os jovens utilizam-se mais da primeira pessoa do singular para organizar seus discursos. No entanto, afirmam que o advento de uma gravidez em suas vidas não seria tão ruim se comparada a possibilidade de infecção pelo HIV ou outra DST.

As noções de que a manutenção de relações sexuais com uma só pessoa ou a conservação da virgindade até o casamento associada à religiosidade, que perpassam o conteúdo das entrevistas, sugerem que funcionam como mecanismos de proteção para esses/as jovens e, por isso, indicam para vulnerabilidade individual e social ao HIV/DST dos/as jovens religiosos/as inseridos/as no contexto escolar investigado:

Eu me preocupo...Tanto é que **antes de eu entrar na igreja**, eu tinha muito medo de perder a virgindade, ficar com alguém que tinha...tem doenças né. Então eu sempre pensei muito que quando eu fizesse eu ia usar sempre camisinha [...] **tem pessoas que se desviam aí vão pro mundo faz e volta com doença porque pegou quando saiu da Igreja**. Ou grávidas, essas coisas. Falam sobre isso, às vezes em palestras da Igreja, explicam sobre isso. (Mariana, 16 anos, Igreja Renovação em Cristo)

A maioria dos/as jovens entrevistados/as referiram a escola como o local principal de divulgação de informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, seguida das orientações que receberam no âmbito doméstico por suas mães ou pais, de conversas com amigas/os e colegas e de informações recolhidas na internet e na televisão. As disciplinas em que a sexualidade foi abordada de alguma forma foram:

Biologia, Sociologia, Filosofia e Atividades Complementares. Todas/os as/os estudantes afirmaram que a temática da sexualidade já foi abordada de alguma forma na escola, destacando a inexistência de um planejamento estratégico para abordar esse tema com todos/as os/as jovens do Ensino Médio e que só discutiram a temática da sexualidade em sala de aula de maneiras pontuais, pela iniciativa individual de um/a professor/a ou porque o assunto “surgiu”. Uma moça afirmou que nunca presenciou na escola demonstrações acerca do uso correto de preservativos e duas estudantes criticaram as estratégias pedagógicas de algumas/alguns docentes que privilegiam o medo em detrimento do diálogo:

[...] a minha professora de Biologia passou, só que ninguém presta atenção na aula dela, [...] ela era muito ignorante pra explicar uma coisa, era assim: “Você tem que entender...”, ela falava bem assim, “...que se você fazer sexo sem camisinha, você vai pegar uma doença!” Então, não é aquele tratamento decente que você tem que ter com adolescente, entendeu? [...] Ela queria pressionar, sabe? Pressionar pra pessoa ficar com aquele peso [...] O que falta nessa escola é um bom diálogo e sobre a sexualidade. Que não é tanto. (Caroline, 16 anos, Igreja Renovação em Cristo)

Todas/os as/os jovens afirmaram ter gostado de participar das atividades que enfocaram a discussão das relações sexuais, até porque uma parcela significativa disse que não tem abertura para falar sobre isso em casa e uma jovem evangélica afirma a necessidade de se inserir na matriz curricular do Ensino Médio um espaço que permita ao/a jovem a garantia de acesso ao conhecimento de métodos contraceptivos que previnam a gravidez não planejada e doenças sexualmente transmissíveis, considerando que nem todos/as os/as jovens discutem essas questões com seus/suas responsáveis.

Quando se perguntou às jovens evangélicas se se discutia em suas congregações religiosas algo a respeito das doenças sexualmente transmissíveis estas afirmaram que não porque no contexto religioso não são permitidas relações sexuais antes do casamento e, desta forma, se pressupõe que os/as jovens não façam sexo, portanto, nessa

concepção, não é considerado necessário discutir estratégias de prevenção as DST/HIV/Aids.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se compreender a religiosidade “[...] não em uma perspectiva nominalista linear, mas no sentido amplo de ‘visão de mundo’ estruturante [...]” (DUARTE, 2005, p. 139) que se presentifica nas trajetórias dos sujeitos por meio de complexas ressignificações engendradas no contexto de suas experiências concretas. Ainda que a religiosidade se constitua numa instância reguladora das relações sexuais e opere de maneira importante na consolidação dos papéis de gênero, com o processo de secularização “cada vez menos [...] [ela assume] a força de injunções absolutas e intangíveis” (BOZON, 2004, p. 57) na vida dos indivíduos. Seguindo essa reflexão, Duarte aponta que “[...] ao mesmo tempo em que cada religião continua a aspirar a moldar as pessoas à sua maneira de ser, cada vez mais pessoas parecem acreditar que devem escolher a religião melhor adaptada à ‘maneira de ser da pessoa’” (2005, p. 171), uma interpretação que contribui para o entendimento da forma como as/os jovens que participaram do estudo vivem sua religiosidade.

Os significados atribuídos ao “ser homem”, ao “ser mulher” e às relações afetiva-sexuais pelos/as jovens nessa pesquisa, se revelaram em alguns momentos mais aproximados, em outros mais distanciados “do conteúdo doutrinário das diferentes denominações” (DUARTE, 2005, p. 139), como referido anteriormente, e foram elaborados em torno de composições singulares da crença religiosa e do contexto sociocultural no qual as/os jovens estavam inseridos/as, bem como a partir de “[...] valores e comportamentos oficialmente ‘laicos’ ou, pelo menos, ‘não confessionais’” (*idem*) difundidos nos discursos a que as/os entrevistadas/os tiveram acesso nos seus

percursos de vida, se destacando nas falas um discurso colado à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e de gravidez não planejada quando se fazia referência às relações afetiva-sexuais.

Considerando que “[...] o sucesso dos programas de [promoção de saúde sexual, saúde reprodutiva e] prevenção das DST/Aids depende do diálogo com os sujeitos nos termos de sua vida cotidiana e de seu cenário sociocultural.”(SILVA et al., 2008, p. 685), este estudo constituiu-se num esforço de contribuir com as políticas públicas voltadas para a juventude a partir do contato com os sentidos que a sexualidade e as relações de gênero assumem, a partir da religiosidade, nas vivências de jovens desta escola pública da Área Continental de São Vicente. Uma iniciativa ínfima diante da necessidade de compreensão da “[...] diversidade de modos sociais de existir [...]” (HEILBORN. 2005, p. 40) das juventudes, que aponta para a urgência de realização de novos estudos.

Entre os resultados que podem ser considerados na formulação de programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, apontamos algumas especificidades da vulnerabilidade dos/as jovens evangélicos/as entrevistados/as ao HIV/AIDS/DST, associados à ideia de que a opção por manter a virgindade até o casamento e o relacionamento com uma só pessoa funcionariam como mecanismos de proteção que os/as diferenciariam dos/as jovens “do mundo” e os/as manteriam mais protegidos/as. Cabe destacar também que todas/os as/os jovens evangélicas/os ou que acreditam em Deus assinalaram a necessidade de estratégias educativas direcionadas à prevenção, especialmente na escola, um dado que aponta caminhos possíveis no que tange à interação entre a religiosidade das/os entrevistadas/os – aqui entendida como a ressignificação que as/os entrevistados fazem dos conteúdos doutrinários das comunidades religiosas a que pertencem – e as práticas de prevenção e promoção no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, se estas, é claro, dialogarem com a forma como os/as

jovens religiosos/os compreendem e vivenciam as relações afetiva-sexuais.

Embora a escola se constitua no principal meio de divulgação de informações sobre métodos contraceptivos e doenças sexualmente transmissíveis entre os/as entrevistados/as, percebe-se, através dos relatos das/os jovens, que as temáticas de gênero e sexualidade ainda enfrentam tabus e resistências no contexto escolar e que a abordagem da sexualidade, quase sempre é vinculada à disciplina de Biologia e restrita ao estudo do sistema reprodutor feminino e masculino e ao conhecimento das DST e dos métodos contraceptivos, não se colocando na pauta da discussão as diferentes posições que homens e mulheres ocupam na hierarquia de gênero que, por sua vez, incidem no âmbito das relações afetiva-sexuais, onde as moças, por exemplo, tem menos poder para exigir o uso do preservativo

quando comparada aos rapazes. Tampouco se faz referência, em sala de aula, ao debate da diversidade sexual que poderia diminuir possíveis episódios de discriminação e violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT).

Cabe-nos também sublinhar que as recusas e o silêncio, tão presentes no trabalho de campo que fizemos e na narrativa dos/as estudantes quando se referem à abordagem da temática de sexualidade no contexto escolar, dizem muito nesse campo de pesquisa, e nesse sentido, quando as escolas ou as/os professoras/es optam por não discutir determinadas temáticas, geralmente relacionadas à sexualidade, tentando se colocar numa posição de ‘neutralidade’, acabam por disseminar valores e posicionamentos, apropriados pelas/os estudantes, que reiteram a visão do senso comum que concebe a sexualidade enquanto mera determinação do âmbito privado, numa postura que enseja negar a dimensão social e política que a perpassa.

Ainda entre os aspectos que podem ser considerados na formulação de programas voltados para a saúde sexual e reprodutiva de jovens a partir dos resultados da pesquisa, notamos nas entrevistas com estudantes que há diferenças entre o processo de assimilação de informações e o processo de apropriação de conhecimentos que dialoguem com suas realidades. Quando a abordagem da temática da sexualidade é desvinculada da dimensão do prazer e da realidade vivenciada pela pluralidade das/os jovens, a análise indica que estas/es assimilam informações que não necessariamente cabem nos cenários socioculturais nos quais experienciam a sexualidade.

Faleiros aponta que as instituições sociais, por meio da oferta de políticas públicas, assumem “os custos sociais globais da reprodução da força de trabalho” (1993, p. 34), ocupando um espaço político nas relações entre o Estado e a sociedade civil que assegura a reprodução da força de trabalho e o controle social das massas, garantindo a hegemonia da classe economicamente dominante, por meio de “canais institucionais” (FALEIROS, 1993, p. 36) que canalizam as pressões e demandas da classe oprimida através da oferta de mínimos sociais que apaziguam as relações entre capital e trabalho. No entanto, o mesmo autor vislumbra no caráter contraditório das políticas sociais possibilidades de enfrentamento ao sistema capitalista, na medida em que as mesmas políticas públicas que operam na manutenção da ordem social vigente, garantem direitos aos indivíduos facilitando o

“[...] acesso da população ao saber sobre elas mesmas e aos recursos disponíveis [...] [que em última instância possibilitam] uma reapropriação [ainda que parcial e precária] dos excedentes retirados da população e o acesso ao poder, produzindo efeitos políticos [...]” (*ibidem*, p. 55).

Assim, compreendendo a saúde sexual e reprodutiva e os direitos a ela relacionados como o “[...] poder de tomar decisões com base em informações seguras sobre a própria fecundidade, gravidez,

educação dos filhos, saúde ginecológica e atividade sexual; e recursos para levar a cabo tais decisões de forma segura” (CÔRREA; PETCHESKY, 1996, p. 3), para que as e os jovens religiosas/os possam, de fato, ter acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, além de ser necessário que os programas voltadas para a saúde sexual e reprodutiva contem com o protagonismo destas/es nas suas formulações, é essencial que as políticas públicas de saúde, educação, habitação, assistência social trabalhem de maneira articulada nos territórios onde as moças e os rapazes estão inseridas/os e as/os considerem enquanto sujeitos autônomos capazes de gerir a própria vida afetiva-sexual.

REFERÊNCIAS

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BARBOSA, Regina Maria. **Um olhar de gênero sobre a epidemia de Aids**. Berquó, ES. Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas, São Paulo, 2003

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em jun. 2012.

BUCHALLA, Cássia Maria; PAIVA, Vera. Da compreensão da vulnerabilidade social ao enfoque multidisciplinar. **Revista Saúde Pública**. Vol. 36 no. 4 suppl. São Paulo; Agosto 2002.

CORREA, Sonia and PETCHESKY, Rosalind. Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *Physis* [online]. 1996, vol.6, n.1-2, pp. 147-177.

DUARTE, Luis Fernando Dias. *Ethos Privado e Justificação Religiosa*. Negociações da Reprodução na Sociedade Brasileira. In: **Sexualidade, Família e Ethos Religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 137- 176.

FALEIROS, V. P. **Saber Profissional e Poder Institucional**. São Paulo: Cortez, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza; Equipe Gravada. Uniões precoces, Juventude e Experimentação da Sexualidade. *In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 39-59.

_____. Maria Luiza. **Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência**. *Psicol. clin.* [online]. 2012, vol.24, n.1, pp. 57-68.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, família e individualismo**. *In: DUARTE, Luiz Fernando Dias; HEILBORN, Maria Luiza; Lins de Barros, Myriam M.; PEIXOTO, Clarice (orgs.). Família e religião*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2006.

_____. Maria das Dores Campos; PICCOLLO, Fernanda Delvalhas; ALVES, Andrea Moraes;

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Introdução. *In: Religiões e Homossexualidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 13-36.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8.ed. São Paulo: Hucitec, 2004. 269p.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade Masculina e Experiência Religiosa Pentecostal. *In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 247-272.

PARKER, Richard and CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2000, vol.16, suppl.1, pp. S89-S102.

ROHDEN, Fabíola. Religião e Iniciação Sexual em Jovens de Camadas Populares. *In: Sexualidade, Família e Ethos Religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 177-205.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e Religião. *Revista Estudos Feministas*. Vol.13 no.2. Florianópolis; Maio/Agosto 2005.

SILVA, Cristiane Gonçalves da; SANTOS, Alessandro Oliveira; LICCIARDI, Daniele Carli, PAIVA, Vera. **Religiosidade, Juventude e Sexualidade: Entre a autonomia e a rigidez**. *Psicologia em Estudo*. Vol.13 no.4. Maringá, Paraná. Outubro/Dezembro 2008.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, UFSC, Volume 12, N. Especial, setembro/dezembro/2004

WIESE, Iria Raquel Borges; SALDANHA, Ana Alayde Werba. **Vulnerabilidade dos adolescentes às dst/aids: ainda uma questão de gênero?**. *Psic., Saúde & Doenças* [online]. 2011, vol.12, n.1, pp. 105-118.